



DECLARAÇÃO

Eu, _____, documento de identidade nº _____, CPF nº _____, convocado(a) para matrícula no curso de _____ para o () 1º () 2º semestre letivo de _____, tendo em vista a regulamentação vigente, relativa à ocupação de vagas em cursos de graduação, a saber:

a Lei nº 12.089/2009, que proíbe a um mesmo estudante ocupar vagas, simultaneamente, em cursos de nível superior (graduação ou tecnólogo) ministrados por instituições públicas de ensino superior brasileiras, independentemente da modalidade (ensino presencial ou ensino a distância), e o

o Decreto nº 5.493/2005, que em seu Art. 2º, § 3º, veda a concessão de bolsa de estudo vinculada ao Prouni para estudante matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior;

declaro que:

- Não ocupo vaga em curso de nível superior (graduação ou tecnólogo) de outra instituição pública de ensino superior.
- Ocupo vaga em curso de nível superior (graduação ou tecnólogo) de outra instituição pública de ensino superior. Declaro ainda, que cancelarei a matrícula naquela instituição no prazo de cinco dias úteis, contados do dia seguinte à data da matrícula na UFOP.
- Ocupo vaga em outro curso de graduação da UFOP. Declaro, ainda, que cancelarei a matrícula anterior, no prazo de cinco dias úteis, contados do dia seguinte à data da nova matrícula na UFOP.
- Ocupo vaga em curso de nível superior (graduação ou tecnólogo) de instituição da rede particular de ensino, utilizando bolsa do Prouni. Declaro, ainda, que formalizarei o cancelamento dessa bolsa, no prazo de cinco dias úteis, contados do dia seguinte à data da matrícula na UFOP.

Responsabilizo-me, sob as penas do Art. 299 e do Art. 171 do Código Penal⁽ⁱ⁾, pelas informações prestadas nesta declaração.

Declaro, ainda, estar ciente de que devo comunicar à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) qualquer alteração que venha a ocorrer na condição ora declarada, enquanto durar o vínculo com a UFOP.

Assinatura do(a) candidato(a):

Local e Data

Assinatura

⁽ⁱ⁾ Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (...) [Falsidade ideológica. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940/Código Penal]

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento (...) [Estelionato. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940/Código Penal.]